

I ENANPARQ

Simpósio temático: Historiografia da arquitetura I e II: métodos, objetos e narrativas

Título : Dilemas de difícil representação: a arquitetura entre as artes, a nação e a ciência no século XIX

Autor : Francisco Sales Trajano Filho (Prof. Dr. Universidade de São Paulo - São Carlos)

Resumo :

Com variações de enunciado, encontra-se disseminada nos estudos acerca da formação de uma arte e uma arquitetura nacional, de definição de uma matriz cultural brasileira, a noção, de larga produtividade nessa busca de formação, do século XIX como ruptura e abandono de um movimento de longa duração de decantação de uma essência artística propriamente nacional germinada a partir do transplante e adaptação de modelos reinóis. Solidamente instaurada no núcleo duro da historiografia modernista, tal juízo acabaria por contaminar negativamente, até recentemente, todo e qualquer intento de análise desse período, visto em sua impropriedade frente ao grande projeto de uma identidade cultural da nação ancorada na revalidação do legado colonial barroco. De modo distinto, e no intuito de explorar a positividade contida na perscrutação genealógica de certas categorias, cortes, marcos e enunciados correntes acerca da arquitetura brasileira e sua formação, este texto propõe um retorno, noutra chave, ao século XIX, não como um ato de circunscrição de uma origem, mas como forma de multiplicação de começos. Para tanto, situa e reflete sobre a arquitetura brasileira no horizonte de referências, projetos ideológicos e aportes teóricos mobilizados na sua reflexão, e na possibilidade de nela reconhecer índices de singularidade cultural agenciáveis aos propósitos em curso de construção da nação, tomando como norte o pensamento de dois intelectuais do Segundo Império, Manuel de Araújo Porto-Alegre e André Rebouças, cujas trajetórias em trânsito, entre contextos, campos de saber e atuação distintos, conduz a arquitetura ao tensionamento dos seus limites disciplinares (então ainda difusos), em elaborações pautadas por seu caráter fronteiro com outras disciplinas, como a história, a antropologia, a arqueologia, etc., e seu cabedal teórico e conceitual posto a serviço de uma busca por discernir uma matriz “brasileira” em face das idiossincrasias e

adversidades que vislumbravam na realidade mais imediata do país: as implicações da longa dependência colonial a Portugal, as ambigüidades de meio e raça, a consciência de uma incompletude persistente, quase atávica, e seus entraves aos ideais civilizatórios encampados.

Palavras-chave: arquitetura brasileira, formação nacional, século XIX

Abstract :

With variations of enunciation, is widespread in the studies about the formation of a national art and architecture, a Brazilian cultural matrix, the notion of large productivity in this quest training, 19th century as rupture and abandonment of a long-term movement separating an essence artistic national detached itself from the transplant and adaptation of portuguese models. Solidly established in the hard core of modernist historiography, such judgement would eventually contaminate negatively, until recently, any intent analysis of this period, seen in its seafront big project impropriety of a nation's cultural identity anchored in revalidation of Baroque colonial legacy. Separately, and in order to exploit the positivity contained in certain categories include screening proposals rapidly genealogy, cuts and enunciated currents about Brazilian architecture and their training, this text proposes a return, another key, to the 19th century, not as an act of circumscription of a source, but as a multiplication of beginnings. For both, situated and reflects on the Brazilian architecture on the horizon of references, projects, ideological and imaginary mobilised in its reflection, and the possibility of it recognize cultural singularity ables to purposes in the course of construction of the nation in the thought of two intellectuals of the second empire, Manuel de Araújo Porto-Alegre and André Rebouças, whose trajectories in transit between contexts, fields of knowledge and expertise, leading to the architecture of its disciplinary boundaries tensioning (then still diffuse), guided by his character elaborations border with other disciplines such as history, anthropology, archaeology, etc. and your leather theoretical and conceptual tour at the service of a search for discerning an array "Brazilian" in the face of adversity that found in the immediate context of the national reality: the implications of long colonial dependency to Portugal, the ambiguities of middle and breed, the conscience of a persistent, almost deep-seated incompleteness, and its barriers to civilizing ideals.

Key-words : brazilian architecture, nation-building, Nineteenth-Century

Dilemas de difícil representação

A arquitetura entre as artes, a nação e a ciência no século XIX

Francisco Sales Trajano Filho

Com variações de enunciado, encontra-se disseminada nos estudos acerca da formação de uma arte e uma arquitetura nacional, de definição de uma matriz cultural brasileira, a noção – de larga produtividade nessa busca de formação – que identifica no século XIX um ato de ruptura e abandono de um movimento de longa duração de decantação de uma essência artística propriamente nacional germinada a partir do transplante e adaptação de modelos reinóis. Ruptura esta cujo marco frequentemente estaria no começo do Oitocentos com a introdução dos modelos neoclássicos pelos artistas franceses da “missão de 1816”, conformando o que para um intelectual como Gilberto Freyre constituiria uma tentativa deliberada de “reeuropeização” da cultura brasileira por parte da Corte transplantada. Solidamente instaurada no núcleo duro da historiografia modernista, tal juízo acabaria por contaminar negativamente, até recentemente, todo e qualquer intento de análise desse período, visto em sua impropriedade frente ao grande projeto de uma identidade cultural da nação ancorada na revalidação do legado colonial barroco.

De modo distinto, e no intuito de explorar a positividade contida na perscrutação genealógica de certas categorias, cortes, marcos e enunciados correntes acerca da arquitetura brasileira e sua formação, este texto propõe um retorno, noutra chave, ao século XIX, não como um ato de circunscrição de uma origem, mas como forma de multiplicação de começos.

Para tanto, situa e reflete sobre a arquitetura brasileira no horizonte de referências, projetos ideológicos e aportes teóricos mobilizados na sua reflexão, e na possibilidade de nela reconhecer índices de singularidade cultural agenciáveis aos propósitos em curso de construção da nação, tomando como norte o pensamento de dois intelectuais do Segundo Império, Manuel de Araújo Porto-Alegre e André Rebouças, cujas trajetórias em trânsito, entre contextos, campos de saber e atuação distintos, conduzem a arquitetura ao tensionamento dos seus limites disciplinares (então ainda difusos), em elaborações pautadas por seu carácter fronteiriço com outras disciplinas, como a história, a antropologia, a arqueologia, etc., e seu cabedal teórico e

conceitual posto a serviço de uma busca por discernir uma matriz “brasileira” em face das idiossincrasias e adversidades que vislumbravam na realidade mais imediata do país: as implicações da longa dependência colonial a Portugal, as ambigüidades de meio e raça, a consciência de uma incompletude persistente, quase atávica, e seus entraves aos ideais civilizatórios encampados.

Acordos provisórios entre arquitetura e nação em Manoel de Araújo Porto-Alegre

Esparso em escritos de natureza variada, com freqüência tratada no âmbito de reflexões abarcantes à totalidade do campo artístico, a arquitetura não atraiu um tratamento equiparável à literatura, pintura ou à história da arte nas investigações em torno Manuel de Araújo Porto-Alegre (1806-1879). Por certo a intermitência com que se envolvia numa e noutra atividade, esquivando-se sempre ao perfil de especialista, numa opção justificada por ele antes como resposta às condições próprias de intervenção numa “terra [em que] ainda não há especialidades”, em que as necessidades do meio social e cultural se antepõem e determinam as escolhas individuais, teriam feito com que a arquitetura ficasse à sombra do êxito mais notável noutras paragens.

Embora não justifique a posição marginal que a arquitetura ocupa nos estudos pertinentes a sua obra, indícios recolhidos por um de seus biógrafos apontam que uma aproximação mais consistente de Porto-Alegre em relação à arquitetura dar-se-ia tardiamente à literatura e à pintura, fortalecida apenas nas circunstâncias de sua estada europeia iniciada em 1831, quando acompanha seu mestre Debret no retorno ao Velho Mundo. Em seu livro *Arquitetura no Brasil e Araújo Porto-Alegre* (1984) Francisco Riopardense de Macedo relata que, motivado pelo interesse em pintura histórica, Porto-Alegre não teria sequer freqüentado as lições de arquitetura conduzidas por Grandjean de Montigny. Provável exagero, de certo, já que Debret o relaciona entre os alunos presentes com trabalhos na exposição de 1829 da classe de arquitetura, porém, não na ocasião da mostra do ano seguinte¹; caso bem diverso da constância demonstrada na classe de pintura desde sua admissão na Academia Imperial de Belas Artes, em 1827.

¹ Debret, 1972, p. 116-119.

Ao que consta, a viagem à Europa se justificaria antes no intento de prosseguir com o estudo de pintura histórica; razão pela qual ainda no Rio de Janeiro Debret teria encaminhado providências para que fosse recebido no ateliê do pintor Antoine-Jean Gross (1771-1835), afamado pela intensidade das cenas de batalha feitas a soldo de Napoleão Bonaparte. Seriam dificuldades financeiras em custear a permanência como aluno de Gross, segundo esse relato, que teriam levado Porto-Alegre a freqüentar as aulas, gratuitas, do irmão de Debret, o arquiteto François Debret (1777-1850), assinalando em tais circunstâncias uma inclinação decidida na direção da arquitetura.

Se a pintura histórica era prioritária nas expectativas da viagem quando em terras brasileiras, na Europa, sem que fosse menosprezado, a tal interesse viria se somar uma disposição em acercar-se aos clássicos também através da arquitetura. Com efeito, ao se observar o roteiro de seus deslocamentos iniciais no Velho Mundo, sozinho ou acompanhado de Gonçalves de Magalhães, o que os destinos e escalas revelam é o intento de levar adiante o cumprimento do *grand tour*² em sua modalidade mais clássica, de viagem imprescindível à sólida formação humanista como se estabelecera desde o século XVIII, rumando em direção ao sul do continente, ao encontro das matrizes greco-romanas da cultura ocidental.

Em pouco mais de um ano, Porto-Alegre percorre mais de uma dezena de cidades italianas. Com paradas previsíveis em um itinerário dessa natureza como Milão, Florença, Roma, onde se delonga trabalhando em escavações com o arqueólogo Antonio Nebbi; Nápoles, uma das capitais da estética neoclássica no Setecentos, sucessivas vezes morada temporária de Winckelmann³; visita ainda, com brevidade, as cidades de Bolonha, Parma, Piza, Siena, Arezzo, Peruggia, entre outras, mas não Veneza, fechada como estava devido ao surto da *cholera morbus*. Apenas um ano depois do retorno dessa viagem, Porto-Alegria empreende outras, mais curtas, para a Holanda, Bélgica e Inglaterra, demorando-se em Londres⁴.

Provoca estranheza nos percursos de Porto-Alegre a ausência da Alemanha, ou melhor, dos territórios germano-falantes, tendo em vista seu efervescente ambiente intelectual desde finais do século XVIII, pátria do movimento literário *Sturm und Drang*, fundamental para a sedimentação da ideologia romântica, de reação à hegemonia

² Salgueiro, 2002, p. 289-310.

³ Assunto, 1987, p. 67.

⁴ Macedo, 1984, p. 48-52.

estética francesa na defesa da expressão de valores culturais particulares a cada nação. A despeito disso, fato é que no retorno ao Brasil, independente de ter tomado contato com autores como Herder, Hegel, Goethe ou Schlegel, o pensamento de Porto-Alegre sobre a arte e arquitetura denuncia o impacto da cultura filosófica alemã de finais do século XVIII ao início XIX.

De um lado, na acepção de história como progresso que adota: para ele, a história progride e o evolver das civilizações, seus ciclos de apogeu e decadência, atestam essa verdade, registrada e apreensível que estão através dos produtos legados por essas civilizações, na cultural material, nos artefatos cotidianos, no vestuário, na arquitetura. E de outro, quase como corolário do ponto anterior, tal presença nota-se na definição de uma abordagem interpretativa de caráter histórico-cultural em cujos fundamentos ecoa o pensamento hegeliano, ao recomendar a observação das manifestações da arte e da indústria nas condições históricas e culturais particulares às civilizações e povos em cada tempo e lugar, já que nelas se encontrariam, em síntese, as ideias predominantes de cada época e as chaves para sua intelecção:

“Ora, nós temos balizas infalíveis para o pleno conhecimento do estado de um povo em qualquer época que seja, logo que soubermos do estado de um dos seus elementos de civilização: não há indústria sem comércio, não há filosofia sem ciências, e não há belas artes sem literatura: este último elemento é sempre o mais fiel representante das ideias do tempo; é por assim dizer o daguerreótipo que apanha as feições da época, e as transmite à posteridade”⁵

Alguns anos depois do retorno ao Brasil, Porto-Alegre faria sua primeira incursão teórica relacionada à arquitetura nas páginas da *Minerva Brasiliense*. Apresentado como “Fragmentos de notas de viagem de um artista brasileira - arquitetura”, o artigo não versa sobre a beleza clássica dos monumentos de Roma, Florença ou Nápoles, nem se demora em apreciações das construções romanas em contraponto ao modelo grego original, ou mesmo se detém em considerações acerca da cultura arquitetônica pós-revolucionária francesa. Ao contrário, é ao gótico que se lança admirado: exemplo de arquitetura que “não é obra da vontade dum homem, mas sim a obra de uma ideia que, não pertencendo a um indivíduo, fora arrancada da verdade eterna pela mente inspirada da sucessão de muitos homens”⁶, que produz na alma um derramamento de sentimento religioso.

⁵ Porto-Alegre, 1851, p. 110

⁶ Porto-Alegre, 1843, p. 71.

Mesmo que se possa interpretar essa leitura comovida do gótico como sinal de contestação ao predomínio do dogmatismo neoclássico quanto à universalidade da arte, porventura existente quando deixou o Brasil, contudo, isso não teve como desdobramento o abandono daquele credo; que, ao contrário, aparece ostensivamente exibido em sua gramática e sintaxe na monumentalidade imperial da efêmera “varanda da coroação” de D. Pedro II, de 1841.

Entretanto, é inegável que desde o seu retorno ao país nas décadas de 1840/1850 nota-se na sua produção teórica (artigos, discursos, mensagens, etc.) uma franca disposição em questionar a doutrina neoclássica nas artes⁷, suas implicações e funcionalidade nas circunstâncias do processo civilizatório tal como encenado em terras brasileiras, com suas peculiaridades de paisagem natural e humana.

Não resta dúvida ainda de que o compromisso com a pátria, ponto fundamental da agenda do romantismo, se antepõe como fator determinante na tomada da posição mais conveniente à construção de uma tradição histórica nacional no campo das artes, em detrimento mesmo de opções pessoais de gosto. Encaminhamentos estes que, permitindo reconhecer uma incipiente elaboração no sentido de uma arte nacional, não avalizam, contudo, endossar a proposta de uma ruptura *tout court* dos vínculos de origem com o substrato neoclássico, o que fica mais evidente quando lida com a arquitetura.

Se considerada em paralelo com o teor e objetivos do trabalho historiográfico de validação da ideia de uma tradição artística que remonta igualmente àquela “pobreza colonial”, o que sobressai na leitura de Porto-Alegre acerca do legado arquitetônico português é a pouca tolerância demonstrada em seu apreço. Pode-se especular quanto aos motivos que levam a esse descompasso de avaliação, sobretudo, se pensarmos que arquitetura, pintura e escultura constituem praticamente um todo único e indivisível em se tratando de muitos dos edifícios religiosos barrocos, com os mesmos mestres e artífices intervindo indistintamente em mais de uma modalidade.

Há, é certo, razões de fundo estético subjazendo critérios na distinção de tratamento. Mas há também, e talvez aqui sejam mais determinantes, questões de natureza ideológica intrínsecas ao projeto civilizatório encampado pelo romantismo brasileiro em seu compromisso com o progresso e, ao mesmo tempo, com as

⁷ Gomes Júnior, 2008, p. 177.

solicitações da afirmação de uma nacionalidade brasileira; interesses em conflito potencial a exigir concessões e acomodações para responder a circunstâncias específicas.

Ora, nas condições de um meio social culturalmente pobre, de completa irrelevância das artes, o objeto arquitetônico por sua peculiar qualidade de “presença absoluta”, de obra de caráter eminentemente público, comendo e participando da cena urbana independente do humor ou inclinação dos cidadãos a qualquer cultura estética, imbuí-se de uma importância formativa em muito superior à pintura e escultura; formas artísticas cuja apreciação depende de uma franca e motivada disposição, já que a possibilidade de sua fruição se restringia nessa ocasião em grande parte ao âmbito mais propriamente privado do interior de igrejas. Noutras palavras, a relação desatenta com e a percepção necessariamente coletiva da arquitetura a torna plenamente operativa como veículo de difusão de uma pedagogia edificante em termos sociais, morais e estéticos devendo, por isso, ser tratada e convertida em (arte)fato exemplar; com muito maior razão se considerada a singularidade da arquitetura dentre as demais artes quanto ao investimento financeiro e às condições materiais demandadas na sua fatura.

Embora noutro contexto, não é forçoso relacionar essa defesa da exemplaridade do fato arquitetônico ao julgamento feito por Porto-Alegre do edifício da Academia Imperial de Belas Artes, obra de Grandjean de Montigny, que teria sacrificado “a forma prescrita, o útil e o necessário, à forma arquitetônica”, demonstrando uma obediência aos rigores compositivos de essência clássica onde a ocasião recomendava flexibilidade no seu manuseio e uma sensibilidade atenta às particularidades do regime de insolação local, esquecendo-se “de que as aulas de estudo, que devem ser esclarecidas pela luz refletida, (e não direta) como é a do norte, na Europa, se viesse repetir aqui, achando-se o artista no hemisfério oposto, e perturbado pelos raios do sol e suas mudanças durante as horas do dia”⁸.

Considerada essa dimensão moral, avaliar sem mais uma arquitetura vazada nos moldes do desacerto colonizador português, de cuja arbitrariedade e desprezo a qualquer regime de ordem a cidade do Rio de Janeiro prestava-se à perfeição como representação arquetípica, significaria uma recusa ao espírito de progresso que empurra as civilizações adiante, uma rendição ao império do provisório,

⁸ Porto-Alegre apud Galvão, 1959, p.81.

“triunfo da imobilidade e da rotina”, sacrificando o “futuro ao passado” e imprimindo “o cunho de uma decadência no moral do cidadão [e] a convicção de que não há estabilidade”⁹.

Arraigada no reconhecimento dos nexos entre arte e sociedade, a reflexão de Porto-Alegre acerca da arquitetura se debate em inquietações sobre o sentido, futuro e lugar dessa disciplina na esfera social e na construção nacional propugnada pelo romantismo. Ora, a que matéria se socorrer no arranjo de uma expressão arquitetônica cujo caráter manifeste o teor de uma singularidade nacional quando sequer as palavras “arquiteto” e “arquitetura”¹⁰ constavam nas leis municipais da capital, como pensá-la na perspectiva de formação da nação brasileira?

Divergindo da forma como tratado por Gonçalves de Magalhães no âmbito literário e consignado por artistas, viajantes e naturalistas europeus como Spix e Martius, Debret, Saint-Hilaire e Ferdinand Denis, o índio brasileiro para Porto-Alegre não era dotado de um natural pendor artístico senão em nível grosseiro de realização, e tampouco era guardatário de tradições poéticas e musicais: “apesar do romantismo em que se compraz a credulidade europeia, os índios não têm em geral esse tipo de originalidade poética que vós lhes emprestais de tão bom grado”¹¹, afirmava em sua palestra no *Institute Historique* em 1834.

Na arquitetura como na literatura, o retorno idealizado a um momento primevo e incontaminado pela civilização imposta pelo colonizador, uma terra ainda virgem do homem ocidental, não lhe parecia factível como resposta efetiva; pouco lhe inspirando como referência em que ancorar uma tradição arquitetônica local as diferentes tipologias de choças e cabanas indígenas registradas por Debret em sua *Viagem pitoresca e histórica ao Brasil*, uma alternativa a princípio em correspondência com o ensejo romântico de retorno, mítico ou histórico, à infância dos povos. E isso, tendo conhecimento do lugar que as formas vernáculas de construção, a cabana e também a tenda primitiva, vinham ocupando nas elucubrações em torno da gênese da arquitetura, como referência de origem e modelo normativo a uma prática arquitetônica contemporânea, em seus valores antes que em sua aparência, num encadeamento teórico que remontava a Vitruvius e reunia de Lodoli e Milizia a William Chambers, de Laugier a Quatremère de Quincy, de Gottfried Semper a Viollet-le-Duc: “sabemos que

⁹ Porto-Alegre, 1935, p. 606-607.

¹⁰ Porto-Alegre, 1851b, p. 308.

¹¹ Porto-Alegre in Debret, 1972, p. 96.

as colunas e a empena não são mais que forma da primitiva cabana; sabemos que a forma da arquitetura grega é a mais simples, assim como a da chinesa, que tem o caráter da primitiva tenda”¹².

De resto, tudo o mais que existia em termos de patrimônio construído era produto da mão do colonizador, manifestação do “estilo borromínico ou barroco”¹³, impregnado daquele ar de letargia e de “jesuitismo”. Ademais dessa ligação imediata que o barroco brasileiro mantinha com a cultura do colonizador, razões de fundo estético, inerentes à essência neoclássica, reforçavam uma atitude condenatória a respeito. Até que Wolfflin, ao final do século XIX, com seu *Renaissance und Barock* (1888), repusesse a reflexão noutros termos, avaliando o barroco não desde a perspectiva de uma variante degenerada da arte clássica que, movido pelo desejo de originalidade, teria desprezado as boas regras de harmonia e racionalidade assentadas nos exemplos greco-romanos, mas como um sistema visual dotado de princípios formais particulares, a interpretação predominante, da qual não escapa Porto-Alegre, era de desprezo e desqualificação. Na arte de Borromini e Bernini, teóricos como Winckelmann e Quatremère de Quincy – autores cujas obras compunham parte do acervo da biblioteca pessoal de Porto-Alegre, doada à academia quando em 1859 deixa o país – não veriam nada além de uma expressão corrompida e bizarra, desviante da trilha aberta nas artes pelos antigos¹⁴.

Espécie de summa das inquietações do pensamento de Porto-Alegre quanto às artes e arquitetura nas condições pouco propícias para seu desenvolvimento presentes na realidade brasileira, é no teor das teses apresentadas na forma de breves questionamentos para reflexão do corpo docente da academia em 1855, que se revelam claramente os impasses a que seus compromissos entre o local e o universal o conduzem. A despeito da insólita justaposição de temas tão distintos e aparentemente tão desconexos entre si, é possível desvelar certas transversalidades entre as teses, alusivas à formação, possibilidades de inserção social e atuação profissional dos artistas; ao sentido de atualização da cultura estética nacional, tomando exemplos estrangeiros não tanto como modelo a reproduzir, mas como fonte de aprendizagem para evitar erros constatados; à questão da aparelhagem da burocracia e dos órgãos de governo do Estado e sua representação; ao

¹² Porto-Alegre, 1843, p. 73.

¹³ Porto-Alegre, 1851, p. 110.

¹⁴ Teyssot, 2007, p. 28.

reconhecimento das especificidades de meio e sociedade, suas demandas e as formas de resolvê-las etc.

“As nossas construções urbanas estão em harmonia com o nosso clima e vida doméstica? Mudarão elas na sua disposição interior depois da extinção da escravidão, e no caso contrário quais serão as introduções úteis que se devem adotar desde já para que se tornem mais belas, cômodas e sanitárias? E o que convém ao legislador decretar para esse fim?”¹⁵

É com declarações desse feitio que se anunciam com mais clareza que em qualquer outro documento de autoria de Porto-Alegre encaminhamentos orientados a uma reflexão mais detida em torno de uma visualidade brasileira nas artes inspirada na paisagem natural vis-à-vis sua incorporação como estratégia de singularização nacional na arquitetura.

Excluídas a idealização do indígena em sua correspondente cultura construtiva e desprezada a herança portuguesa, numa das teses Porto-Alegre ao mesmo tempo em que se mostra cético quanto à viabilidade de uma aplicação rigorosa da arquitetura grega, pelo menos no âmbito das edificações religiosas, propõe como tópico de consideração uma dúvida: “de todas as arquiteturas derivadas da antiga, qual será a que mais convém adotar no Brasil?” Indagação essa que parece ter como base a constatação da fragilidade das condições de partida, a inexistência de um solo cultural firme e a ausência de um sentimento de nacionalidade, uma consciência capaz de dotar as realizações materiais com um caráter próprio de nação:

“Ainda nos faltam muitos elementos a desenvolver para que as artes compareçam devida e harmonicamente; o que temos hoje é pela maior parte importado; é o fruto de outras civilizações, e não da nossa: a arte vernácula, aquela que é exercida por nós, e que tem o seu impulso, a sua direção primordial na mão do brasileiro, ainda não chegou; e para lá pouco caminha”¹⁶

Frente a isso, Porto-Alegre indica uma possibilidade de saída numa peculiar articulação e síntese entre elementos de expressão nativos, com a natureza dos trópicos a fornecer inspiração, e um arcabouço tributário das constantes universais do neoclássico, solução temporária com potencial de exploração plástica até que se estabilize um espírito nacional pautada no compromisso entre o local e o universal; tal como desenvolve no artigo de 1843 para a *Minerva Brasiliense*:

¹⁵ Porto-Alegre, “Teses para debate” in Galvão, op. cit., 1959, p.59.

¹⁶ Porto-Alegre, op. cit., 1851, p. 114.

“Há na arquitetura leis gerais, como em todas as mais coisas da humanidade, que não poderão jamais fugir da influência ou jugo da natureza. Um povo que se veste de sedas e não cultiva a seda é porque ele comercia com um outro povo que possui esta parte da indústria, e reciprocamente se achará neste último povo os produtos que o primeiro lhe deu em troca. Um povo que emprega em sua arquitetura ornatos e plantas cuja natureza não pertence ao seu país, prova que não tem arte sua, e que esta emigrou da região onde essas plantas e flores se acham: o acanto do capitel coríntio o prova”¹⁷

Porque, se “na massa geral ou perímetro existe o genérico”, é nas “promiscuidades dos detalhes e aproximações de formas” que se revela “o princípio inevitável dos usos e costumes dos povos”, o estilo; o todo exprimindo “a mobilidade ou imobilidade, e o estilo as ideias e o povo a que pertence”¹⁸.

No entanto, ao mesmo tempo em que estabelece a distinção entre uma essência formal neutra, uma “estrutura profunda” e uma carga simbólica alocada no aparato ornamental, nos detalhes, através da qual se manifestam as contingências de tempo e lugar, Porto-Alegre admite que o reconhecimento de uma nova arquitetura processa-se apenas quando, “despojada de seus ornatos e reduzida a sua mais simples expressão”, essa arquitetura conservar “um caráter peculiar”¹⁹, como se, abstraindo-se ao nível de seus princípios constitutivos mínimos e em confronto com outras arquiteturas, mesmo assim mantivesse assegurada sua singularidade.

Apesar de não precisar o sentido da ideia de “arquitetura” presente nos seus escritos, é admissível circunscrevê-lo, pelas evidências contidas nos exemplos a que remete em várias passagens, à categoria de edifícios em que prevalece uma dimensão representativa e coletiva, como se nestes e não no tecido ordinário das cidades, na escala da arquitetura doméstica e cotidiana, se depositassem os valores e saberes transcendentais de um povo e sua civilização.

Talvez esteja aí uma razão pela qual não tenha atentado às lições que no correr do tempo essa arquitetura civil foi desdobrando na lida com as circunstâncias de meio, técnica e material da realidade mais comezinha, infringindo alterações pontuais e cumulativas aos modelos de procedência ibérica no sentido de uma acomodação mais franca e à vontade com os trópicos, livre das solicitações e requisitos ritualísticos

¹⁷ Porto-Alegre, op. cit., 1843, p. 73.

¹⁸ Idem, p. 72.

¹⁹ Idem, p. 73.

e simbólicos próprios a palácios, igrejas e edifícios institucionais. Sem escapar a Debret, que lhe dirigiu o olhar e lhe registrou os tipos “ideais” na cidade e no campo, nem tampouco ao engenheiro e arquiteto francês Louis-Léger Vauthier (1815-1901), autor de acurada análise a respeito²⁰, “as casas de residência” no Brasil pouco interessaram a Porto-Alegre. Um tanto simplória na instrumentalização dos atributos naturais como forma de expressão de uma substância nacional, a via para uma arquitetura brasileira que emerge dos seus escritos e obras carece de sensibilidade e perspicácia frente às adversidades e contradições inerentes ao inevitável choque de culturas, ideias e realidades que a experiência civilizatória alimentou por onde se instaurou.

Arquitetura, evolucionismo e “raça brasílica” em André Rebouças

Em memória escrita para uma sessão solene do Instituto Politécnico no Rio de Janeiro em 16 de dezembro de 1887, o engenheiro André Rebouças (1838-1898) incursiona pelo campo da teoria arquitetônica desde a perspectiva evolucionista em voga entre seus pares intelectuais do final do Oitocentos, no entanto, destoando das posições mais difundidas de um Sílvio Romero ou de Araripe Jr. para avançar numa interpretação peculiar da arquitetura em seus vínculos com o tópico racial.

Tal peculiaridade da contribuição de Rebouças, decorre em parte, justamente, do fato de elidir nexos explícitos ou qualquer menção direta aos debates em torno dessas questões no ambiente intelectual brasileiro *fin-de-siècle*. Por outro lado, de certo o viés analítico e o objetivo a que se destina sua leitura autorizam esse aparente escamoteamento da realidade imediata na medida em que, sem esquivar-se completamente de polêmicas correntes, retém seu interesse nos limites de uma abordagem antropológica que visa desqualificar a tese monogenista da gênese da espécie humana.

Uma das linhagens de pensamento que reagem à visão igualitária da humanidade instaurada pelos valores iluministas avocados nas revoluções burguesas contra a nobreza de sangue, contando entre seus partidários Buffon, Lineu, Armand de Quatrefages e Georges Cuvier, sob o termo genérico de monogenismo reuniam-se diversas interpretações que, a despeito das especificidades de cada vertente

²⁰ Vauthier, 1943, p. 98-208.

(adamistas, transformistas e monogenistas racionais), compartilhavam a defesa de uma origem única para o gênero humano baseada nas Escrituras sagradas, com pontuais tentativas de acomodação dessa ideia aos avanços científicos no campo da biologia.

Unidade de origem, contudo, que não implicava em igualdade entre a diversidade de povos existentes. Pautados no discurso eurocêntrico da hierarquia racial tal como teorizada pelo conde Arthur de Gobineau (1816-1862) em seu *Essai sur l'Inégalité des Races Humaines*, para monogenistas como Quatrefages no correr do tempo as diferentes raças teriam seguido ritmos distintos de formação, adquirindo características peculiares a cada uma em luta com o ambiente natural, porém, conforme a doutrina da perfectibilidade, a todas estava dada a possibilidade de ascender a um estágio superior de desenvolvimento, idealmente identificado com o tipo ariano europeu.

Largamente difundida, é contra “essa falsa concepção” ancorada no “dogma teocrático de um só Éden, de um paraíso terrestre, de um par inicial, dando origem a toda a espécie humana”²¹ que investe Rebouças ao formular o que chama “teoria antropológica-evolucionista”. Professada desde 1885 junto à Escola Politécnica e em cujo desenvolvimento estava empenhado cotidianamente na perspectiva de organização de uma “Enciclopédia Socionômica”, em essência essa teoria não destoa de outras tentativas similares de interpretação da origem poligênica da espécie humana a partir das evidências acumuladas pelas pesquisas sobre a evolução de Charles Darwin.

Em suma, contrapõe à unicidade edênica apregoada pelo monogenismo a existência de múltiplos “Édens”, nos termos de Rebouças, toda “situação apropriada para servir de núcleo de evolução do pitecóide ao antropóide e ao homem; toda e qualquer região [dotada] de condições biológicas favoráveis à civilização; isto é, ao aperfeiçoamento físico, intelectual e moral do homem”²². Exceto pela motivação científica, não ficam claras no discurso de André Rebouças as razões do seu alinhamento com a hipótese poligenista, afinal, tanto esta quanto o monogenismo concluíam pela inferioridade da raça negra frente ao branco.

Especulando, como os debates em torno dessas hipóteses ainda estivessem em curso, com novas frentes disciplinares se organizando ou em rearranjo em virtude

²¹ Rebouças, 1888a, p. 5.

²² Rebouças, 1888b, p. 13.

do impacto das ideias darwinistas e evolucionistas, destruindo convicções firmemente assentadas, erigindo outras tantas elaborações no lugar com semelhante propósito de se instituírem em certezas absolutas, é provável que Rebouças divisasse no poligenismo uma vereda alternativa de cunho relativista, aceitando o pressuposto de que os distintos estágios de evolução dos povos acenavam com a possibilidade de superação de entraves e deficiências detectadas nas etapas seguintes de desenvolvimento.

Antes de avançar em considerações pertinentes ao lugar da arquitetura na tese formulada por André Rebouças, é importante ater-se brevemente aos significados de raça que manuseia, já que esse tópico perpassa toda a sua reflexão a respeito. Ora referindo-se a “povos”, ora a “raças”, ora a “grupos étnicos”, ora mesmo a “civilizações”, embora seja perceptível em sua fala o impacto das ideias raciais em circulação nesse momento, aparentemente essas nuances de enunciação referem-se todas a um único conteúdo semântico, esvaziado de qualquer princípio hierárquico e apontando para uma acepção da ideia de raça tributária do pensamento iluminista do século XVIII, da premissa de uma igualdade universal entre os homens, com variações de sentido que a aproximam da figura de “povos nacionais”.

De interesse a este estudo é, sobretudo, o fato de Rebouças conferir prioridade ao objeto arquitetônico como evidência concreta capaz de tornar sua teoria “irrefutável no estado atual da Ciência”, fazendo uso recorrente de “provas arquitetônicas fundadas na arquitetura pré-histórica de todos os povos”²³. Contudo, a despeito dessa primazia concedida à arquitetura, se o entendimento de seu estado da arte ao final do século XIX ficasse na dependência do que enuncia Rebouças, é provável que o resultado fosse no mínimo insatisfatório, dado que sua abordagem é desistoricizada e carente de nexos com as circunstâncias culturais e estéticas vigentes nesse momento, numa espécie de exercício reflexivo supra-histórico. De pouco servindo, portanto, para se precisar o sentido da arquitetura seja na esfera social, seja na esfera técnica, seja mesmo em relação à demanda de representatividade de cunho nacional que cada vez seria solicitada às realizações artísticas.

Destoando do trabalho que contemporaneamente desenvolve um Sílvio Romero na crítica literária, transpondo os limites da literatura em si para constatar a partir dela “aquilo que um povo dado pensou e sentiu em uma fase qualquer de sua

²³ Idem, p. 13.

história”²⁴, a teoria de Rebouças, igualmente sincrética em sua feitura, busca submeter a compreensão do homem e seus artefatos aos mesmos parâmetros vigentes na explicação do mundo natural, afinal, para ele, “o homem é filho do meio biológico: vive nele como no ar atmosférico; trabalhando por séculos e séculos, para aperfeiçoar a si mesmo, o seu corpo, a sua alma, o seu coração e o seu cérebro”²⁵. Porém, pondo em plano secundário conflitos culturais e singularidades históricas do objeto em análise²⁶.

Tampouco o conhecimento da cultura arquitetônica que manuseia revela uma atualização quanto aos encaminhamentos recentes nesse campo. Não sendo impressionante pela amplitude ou profundidade no trato da questão, sua competência no assunto condiz com o grau de erudição de intelectual de índole humanista que era, com vasto horizonte de curiosidade científica, porém nada excepcional nesse aspecto entre seus pares. Fato que torna algo encontradiças impressões genéricas e do senso comum quanto à estética e história da arquitetura universal. É assim que na cultura artística e arquitetônica dos gregos reconhece o exemplo máximo de beleza e perfeição, convertido em índice de excelência desde o qual valorar os feitos dos demais povos e civilizações: “qualquer que seja o trabalho que pretendais produzir, se anelais que seja bom e belo, tomai para modelo uma obra-prima da Grécia antiga”²⁷. Do que segue, como decorrência previsível, uma recusa ao que signifique um distanciamento em relação a esse cânone estético, particularmente ao barroco e sua ânsia por novidade e originalidade; ao que aconselha aos arquitetos:

*“Amai a simplicidade; odiai o Barocco (sic). Tende horror a colunas torsas; a capitéis sobrecarregados de animais e vegetais; a frontões curvos e quebrados; a cornijas trepadas por anjos realmente mais ridículos que celestes (...) Simplicidade! Simplicidade! Sancta Simplicitas! Um edifício é uma coisa séria. Deve produzir uma emoção grandiosa e nobre. Não deve pretender agradar enfeitado de guizos e lantejoulas como um arlequim.”*²⁸

Embora guarde particularidades pelo arranjo de formulações e ideias extraídas de campos de saber distintos, fazendo convergir conceitos da biologia, zoologia, geologia, antropologia, história, arquitetura e engenharia, interpretados em chave evolucionista e positivista, a teoria propugnada por Rebouças remete por seu

²⁴ Sílvio Romero apud Candido, 2006, p. 197.

²⁵ Rebouças, 1888b, p. 13-14.

²⁶ Ventura, 1991, p. 40.

²⁷ Rebouças, 1887, p. 285.

²⁸ Idem, p. 286.

caráter cientificista a um certo “zeitgeist” intelectual vigente no final do oitocentos, não só no Brasil, que buscava pôr em sintonia as realizações de disciplinas variadas com o andamento do “século da biologia”, traçando esquemas teóricos de larga pretensão explicativa no afã por reconhecer nexos causais entre diferentes domínios do conhecimento. Tratava-se de definir leis de abrangência geral, de alinhar a diversidade a partir de um fio interpretativo único, numa “aspiração à *unidade do saber* e à exclusão da especialização científica ou disciplinar [viabilizada por] uma concatenação eclética de teorias e conhecimentos díspares, apresentados como saber ‘universal’”²⁹.

*“Vede bem: a teoria antropológica-poligênica e evolucionista liga todos os fatos pré-históricos e explica-os todos do modo mais simples e natural. Exatamente como se se tratasse de fatos da mineralogia, da geologia, da botânica e zoologia. Por toda a parte do mundo as mesmas leis para a arquitetura como para a biologia”*³⁰

Destarte, longe de esquivar-se à ação dessa lei absoluta que a tudo conecta, determina e explica, também “a arquitetura evolucionou, objetiva e subjetivamente, através dos séculos”, e semelhante ao que ocorre na natureza, é igualmente passível de degeneração, identificada no universo arquitetônico ao uso exagerado ou indevido de ornamentação. Entretanto, se “todos os estilos arquitetônicos degeneram, pervertem-se e caem no desprezo por excesso de ornamentação” mesmo essa norma inexorável na história das artes permite exceção, e ela cabe à “arquitetura helênica”³¹.

Aos que ousam desviar desse caminho, deixando-se seduzir pelo impulso de inovação, Rebouças aconselha: “a paixão pelo *novo*, o prurido de inovar, é perigosíssima em arquitetura”³². É interessante notar, nos meandros do pensamento estético que Rebouças formula a extrapolação do teor do conteúdo poligenista quanto ao hibridismo de raças e suas conseqüências (infertilidade, degeneração de tipos raciais), para o campo arquitetônico, numa crítica à fusão de referências estilísticas distintas levada a cabo na tentativa eclética de “arquitetos pretensiosos” de moldar uma nova arquitetura a partir de “espécies arquitetônicas” singulares. Assim como sucederia na natureza selvagem e humana conforme as teorias poligênicas, o resultado de tal intento “cairia em flagrantes absurdos; produziria linhas híbridas,

²⁹ Ventura, 1991, p. 41.

³⁰ Rebouças, 1888b, p. 13.

³¹ Rebouças, 1887, p. 285.

³² Rebouças, 1888a, p. 4.

disparatadas e ridículas”, o fruto da miscigenação estilística conduzindo à infecundidade criativa, a obras esvaziadas de atributos reconhecíveis.

“Os arquitetos ingleses e yankees têm sido vítimas dessa paixão [pelo novo]. Na Inglaterra e nos Estados Unidos, encontram-se monumentos híbridos em que se acham, em ridículo amálgama, todas as arquiteturas; desde a egípcia até a do Renascimento, sem esquecer elementos de fantasia das piores épocas do estilo flamejante, do mourisco e do chinês”³³

É somente após um delongado preâmbulo que Rebouças se atém a expor, sistemática e repetitivamente, o conjunto de “provas arquitetônicas” em defesa da hipótese poligênica e em contraposição ao monogenismo e à noção de que foram movimentos migratórios pré-históricos os fatores responsáveis pela dispersão populacional pela superfície terrestre desde um ponto único, e não uma origem múltipla da espécie humana.

Com remissões aos estudos de Peter Wilhelm Lund (1801-80) sobre o homem da lagoa Santa, de Karl Wiener e de Charles Frederick Hartt (1840-1878), este “pranteado discípulo de Agassiz e mestre de Orville Derby”, e uma alusão sutil aos trabalhos reunidos na “Exposição Antropológica Brasileira” realizada no Museu Nacional do Rio de Janeiro em 1882³⁴, André Rebouças recorre desde evidências de ocupação espacial e territorial das mais rudimentares então conhecidas, os *kjokkenmoddings* (ou “cozinhas-sambaquis”), a arranjos primitivos de maior elaboração, como monumentos megalíticos, habitações pétreas, lacustres e construções abobadadas. Todo o esforço teórico é feito no intento de assegurar suporte científico à ideia de que todas as raças, a despeito das diferenças entre si e oriundas de vários “Édens”, atravessaram etapas comuns em determinado período de seu processo evolutivo, embora com tempos distintos de ocorrência.

Abundantes em todo o litoral brasileiro, se os sambaquis indicavam a antiguidade da ocupação humana por essas terras, por outro lado revelavam um enorme retardo evolutivo dos aborígenes locais quando comparado a trajetórias de outros povos. Não tendo deixado vestígio construtivo equiparável ao legado arquitetônico das civilizações que se espalhavam pelo território americano, nada que pudesse competir com monumentos do México ou do Peru, de Palanque e de Mayapan, tampouco de Cuzco ou do lago Titicaca, e sequer no período pastoril ou

³³ Rebouças, 1888a, p. 4.

³⁴ Andermann, 2004, p. 129-170.

agrícola quando da chegada dos colonizadores portugueses, as tabas dos “aborígenes brasílicos” eram de “caráter muito primitivo para merecerem honras de arquitetura”, tanto mais em confronto com os feitos arquitetônicos das civilizações mediterrânicas.

“Se, por um esforço de antevisão pré-histórica, pretendêssemos colocar o aborígene brasílico em sua verdadeira posição na escala étnica mediterrânea, seríamos obrigados a remontar até aos etruscos primitivos; aos Patres Albani do poeta Virgílio. Efetivamente, os mais elevados produtos cerâmicos do Pancoval, no lago Aracy, na ilha de Marajó, a custo podem competir com os mais grosseiros espécimes da arte etrusca”³⁵

Insuficientemente evoluídos em estágios em que outros povos, gregos, etruscos, egípcios haviam atingido seu apogeu, incapazes de produzirem arquitetura “pré-histórica nem mesmo histórica”,

“Em parte alguma, a raça brasílica evoluiu bastante para produzir coluna, como a toscana, mesmo reduzida ao estado genésico do poste de madeira, reforçado com aros de bronze, predestinados a produzirem, no progresso ornamental, as molduras do capital e da base”³⁶

Embora circunscrita ao instante anterior à posse dessas terras em termos efetivos e imaginários, e por estar presa a dogmas de extração eurocêntrica cujas premissas apontavam de saída para o teor de suas conclusões, a insólita tentativa de investigação antropológica-evolucionista da arquitetura por Rebouças parece incapaz de ir além das constatações francamente negativas que com frequência resumiram empreitadas similares de análise da realidade local, mesmo que projetando seu olhar para um horizonte histórico longínquo, num retrocesso temporal que em nada consegue amenizar o peso de fatores ingentes que determinavam a situação no presente.

Referências bibliográficas

- ANDERMANN, Jens. “Espetáculos da diferença: a Exposição Antropológica Brasileira de 1882”, *Topoi: revista de história*, v. 5, n.9, jul./dez., 2004, p. 129-170.
- ASSUNTO, Rosário, “Los teóricos del neoclasicismo”, in *Arte, arquitectura y estética en el siglo XVIII*. Madrid: Akal, 1987.
- BARATA, Mário. “A arquitetura brasileira nos séculos XIX e XX” in *Aspectos da formação e evolução do Brasil*. Rio de Janeiro: Jornal do Commercio, 1953.

³⁵ Rebouças, op. cit., 1888a, p. 4-5.

³⁶ Rebouças, op. cit., 1888a, p. 5.

- _____. “Araújo Porto-Alegre e a Missão Artística Francesa”, *Revista do Livro*, n. 5, ano 2, mar., 1957.
- _____. “A arte no século XIX: do neoclassicismo e romantismo até o ecletismo” in ZANINI, Walter (coord.). *História Geral da Arte no Brasil*. v.1. São Paulo: Instituto Walther Moreira Salles; Fundação Djalma Guimarães, 1983, p. 379-451.
- _____. “As artes plásticas de 1808 a 1889” in HOLANDA, Sérgio Buarque de (dir.). *História Geral da Civilização Brasileira – O Brasil Monárquico*. 5ª ed. São Paulo: Difel, tomo II, v. 3, 1985, p. 409-424.
- BERGDOLL, Barry. *European Architecture, 1750-1890*. New York : Oxford University Press, 2000.
- CANDIDO, Antonio. *O método crítico de Sílvio Romero*. 4ª ed. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2006.
- CARVALHO, Maria Alice Rezende de. *O Quinto século: André Rebouças e a construção do Brasil*. Rio de Janeiro: Revan; IUPERJ-UCAM, 1998.
- DEBRET, Jean-Baptiste. *Viagem pitoresca e histórica ao Brasil*. São Paulo: Martins; Editora da Universidade de São Paulo, 1972.
- FORTY, Adrian. *Words and buildings: a vocabulary of modern architecture*. London: Thames & Hudson, 2004.
- GALVÃO, Alfredo, “Manuel de Araújo Porto-Alegre: sua influência na Academia Imperial das Belas-Artes e no meio artístico do Rio de Janeiro”. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, n. 14, 1959.
- GOMES JÚNIOR, Guilherme Simões, “Biblioteca de arte: circulação internacional de modelos de formação”, *Novos Estudos Cebrap*, n. 81, jul. 2008.
- HALLER JR., Jonh S. “The species problem: nineteenth-century concepts of racial inferiority in the origins of man controversy”, *American Anthropologist*, v. 72, n. 6, dez., 1970.
- JUCÁ, Joselice. *André Rebouças: reforma & utopia no contexto do segundo império*. Rio de Janeiro: Odebrecht, 2001.
- MACEDO, Francisco Riopardense de. *Arquitetura no Brasil e Araújo Porto-Alegre*. Porto Alegre: Ed. UFRGS; CREA-RS, 1984.
- NAVES, Rodrigo. *A forma difícil: ensaios sobre arte brasileira*. São Paulo: Ática, 1996.
- PORTO-ALEGRE, Manuel de Araújo, “Fragmentos de notas de viagem de um artista brasileira - arquitetura”, *Minerva Brasiliense*, v. 1, n.3, dez., 1843.
- _____, “Algumas ideias sobre as belas artes e a indústria no Império do Brasil”, *Guanabara*, n. 2, 1851.
- _____, “Iconographia Brasileira”, *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, n. 23, 1856.
- REBOUÇAS, André. “Architectura civil”, *Revista de Engenharia*, n. 176, dez. 1887, p. 285-287.
- _____. “Architectura civil”, *Revista de Engenharia*, n. 177, jan. 1888a, p. 4-6.
- _____. “Architectura civil”, *Revista de Engenharia*, n. 178, jan. 1888b, p. 13-15.
- _____. “Architectura civil”, *Revista de Engenharia*, n. 179, fev. 1888c, p. 25-27.
- RICUPERO, Bernardo. *O romantismo e a ideia de nação no Brasil (1830-1870)*. São Paulo: Martins Fontes, 2004.
- SALGUEIRO, Valéria, “Grand tour: uma contribuição à história do viajar por prazer e amor à cultura”, *Revista Brasileira de História*, v. 22, n. 44, 2002.
- SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil, 1870-1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

- SKIDMORE, Thomas E.. *Preto no branco: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.
- SQUEFF, Letícia. *O Brasil nas letras de um pintor: Manuel de Araújo Porto Alegre (1806-1879)*. Campinas: Editora Unicamp, 2004.
- SZAMBIEN, Werner. *Simetria, gusto, carácter. Teoría y terminología de la arquitectura em la época clásica (1550-1800)*. Madrid: Akal Ediciones, 1993.
- TORRES, Mário H. G., “A casa de Grandjean de Montigny na Gávea”, *Uma cidade em questão I: Grandjean de Montigny e o Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Editora PUC Rio, 2008.
- TRAJANO FILHO, Francisco Sales . *Tentativas de enraizamento: arquitetura brasileira e formação nacional*. São Carlos: EESC-USP, 2010 (tese de doutorado).
- VAUTHIER, Louis-Léger, “Casas de residência no Brasil” (introd. Gilberto Freyre), *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, n. 7, 1943.
- VENTURA, Roberto. *Estilo tropical: história cultural e polêmicas literárias no Brasil, 1870-1914*. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.